

SPRA S

região açores

informação.ano XV.nº90.setembro.2026

PROFESSORES COM

FU TU RO!



Nós somos
o que somos
mas também
somos aquilo
que fazemos.

José Saramago



S
região açores



EDITORIAL

Fernando Vicente, Presidente do SPRA

Atrair, Fixar, Valorizar: um imperativo para a Educação Açoriana

A escassez de professores deixou de ser uma questão distante para se afirmar como um dos problemas mais sérios que o sistema educativo enfrenta na Região Autónoma dos Açores. Não se trata de uma dificuldade conjuntural, mas de uma fragilidade estrutural, que compromete a estabilidade das escolas, a qualidade do ensino e, em última instância, o futuro coletivo da Região.

Perante esta realidade, não bastam respostas avulsas nem medidas de curto alcance. O momento exige uma estratégia política clara, sustentada e coerente, capaz de atuar sobre três dimensões essenciais: atrair, fixar e valorizar os professores.

Atrair novos docentes para a profissão é hoje uma prioridade incontornável. As iniciativas do Governo Regional, como bolsas de apoio à formação, são sinais positivos, mas claramente insuficientes, face à dimensão do desafio. A Região não pode desperdiçar o potencial estratégico da Universidade dos Açores, que ao longo de décadas demonstrou a sua capacidade para formar professores qualificados. O Governo deve promover junto da Universidade o reforço da formação inicial, propor o alargamento das vagas dos cursos existentes e o investimento nas condições pedagógicas. Só assim se pode garantir a renovação geracional da profissão.

Mas há uma outra realidade na Região que não pode continuar a ser ignorada: a de dezenas de docentes que asseguram, há anos, o funcionamento das escolas, sem acesso à profissionalização. Trata-se de uma situação profundamente injusta e que fragiliza o próprio sistema

educativo. A criação de vias eficazes de profissionalização, articuladas com instituições como a Universidade dos Açores ou a Universidade Aberta, não é apenas uma medida de justiça — é uma necessidade estratégica.

A fixação de professores, sobretudo nas ilhas mais periféricas, constitui, talvez, o maior teste à capacidade de resposta das políticas públicas regionais. É nesses territórios que a escassez se faz sentir com maior intensidade e onde os impactos são mais profundos. Não bastam compensações pontuais ou medidas de circunstância. Fixar professores exige políticas consistentes, previsíveis e atrativas, que valorizem efetivamente a permanência e garantam condições dignas de trabalho e de vida.

Ao mesmo tempo, importa não esquecer aqueles que, ao longo dos anos, têm assegurado o funcionamento das escolas nestes territórios. Qualquer política de incentivos deve respeitar princípios de equidade, evitando criar novas injustiças ou desvalorizar quem já demonstrou compromisso com a escola pública açoriana.

O desafio é claro e não admite adiamentos. Exige decisão política, visão estratégica e coragem para enfrentar problemas estruturais com soluções duradouras. É neste caminho que o SPRA se posiciona: disponível para o diálogo, firme na negociação e determinado na defesa dos professores e da escola pública.

Porque valorizar os professores é, em última análise, garantir o futuro dos Açores. ●

SPRA 
informação.ano XVI.nº90.setembro.2026

FICHA TÉCNICA

Director:

Fernando Vicente

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Rui Teixeira |
João Natal | Filipe Campos |
António Dutra | Paula Decq Mota |
Ana Peixoto

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região
Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2450 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios
do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação
do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

Rua Comendador Manuel Goulart Serpa, nº 5

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tel/ fax: 292 592 976

flores@spra.pt



Intervenção de Fernando Vicente, novo Presidente da Direção do Sindicato:

SPRA preparado para os desafios que se colocam ao sistema educativo regional

Fernando Vicente é o novo Presidente da Direção do Sindicato dos Professores da Região Acores (SPRA). Tomou posse no passado dia 10 de julho, em Ponta Delgada. “Tomar posse como Presidente do SPRA é uma honra profunda, que assumo com sentido de responsabilidade e com plena consciência das exigências do momento. Agradeço a todos, de forma sentida, a confiança que em mim depositam”, afirmou. Já na ponta final da sua intervenção, muito aplaudida pelo auditório, o dirigente sindical afirmaria: “Com quase meio século de existência, não temos de provar aquilo que somos. A nossa história fala por nós. O que se exige, hoje, é a continuidade desse caminho coletivo, construído com determinação, compromisso e sentido de missão ao longo de décadas”.

As primeiras palavras de Fernando Vicente foram de agradecimento e de homenagem, com uma referência especial ao Presidente anterior, António Lucas:

“Tomar posse, hoje, como Presidente do SPRA é uma honra profunda, que assumo com sentido de responsabilidade e com plena consciência das exigências do momento. Agradeço a todos, de forma sentida, a confiança que em mim depositam.

“Quero, em primeiro lugar, prestar homenagem aos antigos Presidentes desta Instituição. Ao Francisco, à Fátima, ao Armando e ao Lucas. Todos eles deixaram uma marca indelével neste sindicato. Todos contribuíram, com dedicação, coragem e sentido de missão, para afirmar o SPRA como uma referência não só regional, mas até nacional na defesa da profissão docente e da escola pública. Foram dirigentes que viveram intensamente esta casa, que honraram os seus princípios e que lutaram, de forma intransigente, pela valorização dos professores e pela melhoria da educação nos Açores.

“Permitam-me, contudo, uma palavra muito especial ao camarada, companheiro

de sempre e amigo, ao presidente a que agora sucedo, ao António Lucas”.

“Entrámos os dois para o sindicato, na Área Sindical da Terceira. E já lá vão muitos anos. Foram quase 3 décadas de cumplicidade, de lutas, de experiências, de aprendizagens, de companheirismo. O Lucas, como presidente, foi laborioso e construtor, uniu, integrou e orientou durante quase duas décadas este grupo de dirigentes, onde eu me incluo. Calmo, mas presente. Reflexivo, mas ativo. Ponderado, mas assertivo.

“Muito do que sou hoje devo também ao que com ele aprendi. Deixo-lhe, por isso, um abraço sentido neste momento em que inicia uma nova etapa da sua vida, desejando-lhe uma aposentação tranquila e merecida. Sabemos que continuará próximo, mas sentimos que não será exatamente a mesma coisa. Deixas, naturalmente, saudade”.

Dimensão coletiva

“Suceder ao António Lucas é um desafio exigente”, sublinhou, acrescentando, desde logo:

“Mas o SPRA nunca foi, nem será, a expressão de uma liderança individual.



A sua força reside na dimensão coletiva que sempre caracterizou esta estrutura. É na direção, no coletivo de dirigentes, no diálogo permanente com os docentes, que se constrói a orientação da ação sindical. Não há lugar ao culto do indivíduo. O Presidente é somente o rosto, a voz e a representação de um projeto comum. O SPRA somos todos: dirigentes, delegados e, sobretudo, os professores que em nós confiam, que se reveem na nossa ação e que legitimam, diariamente, a nossa intervenção."

Fernando Vicente saudou e agradeceu a presença dos "colegas e camaradas dos sindicatos que, connosco, diariamente constroem o projeto comum da FENPROF. Uma palavra especial de reconhecimento ao Secretário-Geral da FENPROF pela sua presença neste momento."

"É com este espírito de unidade, de solidariedade e de firmeza", observou, "que continuaremos a nossa luta. Uma luta que não conhece fronteiras e que se faz no Continente, nos Açores, na Madeira e também no estrangeiro. Porque os direitos dos professores não se pedem — conquistam-se! Juntos continuaremos a fazê-lo, com determinação e sem recuos."

Individualismo, desvalorização do trabalho, fragilização das dimensões sociais

Reconhecendo que "vivemos tempos difíceis para a ação sindical", Fernando Vicente afirmou:

"Num contexto marcado pelo individualismo crescente, pela desvalorização do trabalho, pela pressão constante sobre o tempo pessoal e familiar, pela supremacia de lógicas económicas centradas no lucro e pela fragilização das dimensões sociais, a defesa dos

direitos de quem trabalha torna-se ainda mais necessária e mais exigente. A ação sindical é, hoje, um espaço de resistência, de afirmação de valores e de defesa da dignidade humana."

O dirigente sindical falou, em seguida, da vitoriosa luta contra o pacote laboral da AD, declarando:

"As propostas que, entretanto, foram derrotadas pela força e luta de todos os trabalhadores, no âmbito do famigerado pacote laboral, apontavam para tentativas claras de limitação da ação sindical e de redução dos direitos dos trabalhadores. Mas, camaradas, apesar desta derrota, eles não vão desistir e, por isso, a nossa resposta só pode ser a que tem sido sempre: firmeza, unidade e determinação."

Hoje, no plano global e nacional, prosseguiu Fernando Vicente, "a educação enfrenta um dos mais graves desafios das sociedades contemporâneas: a crescente escassez de professores. Portugal não é exceção. Faltam professores, faltam jovens interessados em abraçar a profissão e essa realidade constitui um sinal alarmante para o futuro do país. Uma sociedade que não consegue garantir a renovação do seu corpo docente compromete, inevitavelmente, a qualidade da sua educação e, com ela, o seu desenvolvimento social e económico."

Salientando que a educação "é o instrumento que permite a mobilidade social, a qualificação das gerações e a construção de uma sociedade mais justa", o sindicalista afirmou:

"Perante a maior taxa de sempre de jovens licenciados, importa questionar: por que razão a profissão docente deixou de ser uma escolha atrativa? Esta é uma questão central que exige respostas políticas claras e corajosas."

Noutra passagem, Fernando Vicente alertou:

"O número de docentes que se aposentam supera largamente o número de jovens que ingressam na profissão. O sistema educativo mantém-se, cada vez mais, sustentado por uma classe envelhecida, o que agrava o risco de rutura num futuro próximo. Inverter esta tendência é uma urgência nacional. Para tal, é indispensável valorizar a profissão docente, devolver-lhe prestígio, garantir condições dignas de trabalho e construir uma imagem positiva, estável e atrativa da função docente."

"Mas, não tenhamos ilusões, as orientações políticas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação apontam para um retrocesso, com propostas que fragilizam o Estatuto da Carreira Docente, desvalorizam a especificidade da profissão e apontam para a integração dos docentes em carreiras gerais da administração pública, mais longas, menos valorizadas e menos dignas. Um caminho que, longe de resolver o problema, o agravará inevitavelmente"

"Atrair, Fixar, Valorizar: Três Prioridades para a Educação Açoriana"

Lembrando que "também na Região Autónoma dos Açores se sente, de forma crescente, a falta de docentes qualificados, colocando em causa a estabilidade e a qualidade do sistema educativo regional", Fernando Vicente sublinhou: "Perante este cenário, impõe-se uma resposta clara e estruturada assente em três eixos: atrair, fixar e valorizar".

E foi mais longe: "Atrair jovens para a profissão docente é um objetivo prioritário. A criação de bolsas de apoio à formação,

propostas pelo Governo Regional, constitui um sinal positivo, mas manifestamente insuficiente face à dimensão do problema. A Região dispõe de um instrumento essencial para esta estratégia: a Universidade dos Açores. Esta instituição já demonstrou, ao longo do tempo, a sua capacidade para formar professores com elevada qualidade, muitos dos quais asseguram hoje o funcionamento do sistema educativo regional e até nacional. Torna-se, por isso, urgente reforçar a formação inicial de professores, através da criação de novos cursos, do aumento de vagas dos atuais e do reforço das estruturas pedagógicas e didáticas.”

Docentes sem profissionalização

O novo Presidente do SPRA não esqueceu a grave situação dos docentes sem profissionalização:

“Importa igualmente responder a uma realidade concreta: a existência de dezenas de docentes que, há vários anos, já exercem funções nesta Região, mas que continuam sem profissionalização. Estes professores, muitos com percursos significativos no sistema educativo, permanecem em situação de precariedade, sem acesso à estabilidade e impossibilitados de construir um projeto profissional consistente.”

E, a propósito, acrescentou:

“A criação de mecanismos que permitam a sua profissionalização, por exemplo, junto da Universidade Aberta ou da Universidade dos Açores, constitui uma



medida essencial para reforçar o sistema educativo e valorizar quem já nele trabalha.”

Fernando Vicente falou, em seguida, de outro desafio crítico: a fixação de docentes, particularmente nas ilhas mais periféricas. “Apesar de a escassez de professores ser hoje transversal a toda a Região, é nestes territórios que o problema assume maior gravidade. É, por isso, urgente implementar verdadeiros incentivos à fixação. Não bastam medidas pontuais de compensação pela deslocação. É necessário concretizar e regulamentar mecanismos já previstos

“A educação é o verdadeiro motor do progresso. É o instrumento que permite a mobilidade social, a qualificação das gerações e a construção de uma sociedade mais justa. Perante a maior taxa de sempre de jovens licenciados, importa questionar: por que razão a profissão docente deixou de ser uma escolha atrativa? Esta é uma questão central, que exige respostas políticas claras e corajosas”



Os Sindicatos da FENPROF e a Direção da Federação fizeram-se representar na tomada de posse do novo Presidente do SPRA, realizado nas instalações do Sindicato em Ponta Delgada.

Além do Secretário Geral José Feliciano Costa, apresentaram saudações os dirigentes José Manuel Costa (SPN), Cátia Domingues (SPGL), Manel Nobre (SPZS) e Jaqueline Vieira (SPM). O SPRC enviou saudação escrita, lida na cerimónia.

O Presidente da MAG, toda a Direção do SPRA e os antigos Presidentes Fátima Garcia, Armando Dutra e António Lucas estiveram presentes. Este, com quase 20 anos de presidência, foi alvo de uma sentida homenagem, tendo recebido uma lembrança que, certamente, irá mobilizar o seu interesse histórico e geográfico das ilhas, na nova etapa da sua vida...



na legislação que permitam tornar atrativa a permanência nestes contextos, valorizando a remuneração e garantindo condições que incentivem a estabilidade.”

Ao mesmo tempo, acrescentou: “é fundamental reconhecer e valorizar os docentes que já asseguram o funcionamento das escolas nestas ilhas, evitando situações de desigualdade ou desvalorização face a novos incentivos. A justiça e a equidade devem ser princípios orientadores de qualquer política de fixação.”

“Este é um desafio político que exige decisão e coragem. O SPRA reafirma a sua total disponibilidade para negociar

com a tutela soluções concretas, eficazes e duradouras, que permitam atrair, fixar e valorizar os professores na Região Autónoma dos Açores”.

Prosseguir na defesa intransigente dos docentes da Região

Na ponta final da sua intervenção, o dirigente do SPRA e da FENPROF destacou:

“Já demonstrámos, ao longo do nosso percurso, ser um parceiro credível e reconhecido, tanto na negociação como na luta firme pela melhoria da educação na Região. Esse papel é hoje amplamente reconhecido pelos professores, que

identificam o SPRA como uma estrutura coerente, consequente e fiel aos valores que defende”.

E garantiu: “É com este propósito que continuamos a nossa ação: na defesa intransigente dos docentes da Região Autónoma dos Açores, na melhoria das suas condições de trabalho e na afirmação de uma escola pública de qualidade, inclusiva e capaz de responder aos desafios do presente e do futuro”.

“Temos razões para confiar. Temos força. Temos legitimidade. E, acima de tudo, temos a convicção de que estamos do lado certo da História”, concluiu. ●



Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Aníbal Pires:

“Que o SPRA continue a renascer todos os dias nas escolas dos Açores!”

“Caro Fernando, assumes hoje uma enorme responsabilidade. Não recebes apenas um cargo. Recebes a confiança dos educadores e professores dos Açores, recebes a confiança da Direção Regional, recebes a responsabilidade de preservar um património coletivo construído ao longo de quase cinquenta anos e, ainda, a tarefa de coordenar a atividade futura do nosso Sindicato”.

As palavras, dirigidas ao novo Presidente do SPRA, foram proferidas por Aníbal Pires, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato, na cerimónia de tomada de posse do novo Presidente, Fernando Vicente, para o triénio 2026/2029, realizada em São Miguel. Após as saudações aos presentes, com destaque para o Presidente cessante, António Lucas, o Presidente da MAG do SPRA afirmou:

“Hoje não termina uma história, nem se inicia um novo ciclo. Hoje começa um novo tempo. Um tempo que assenta na continuidade dos valores que sempre definiram o SPRA, mas que será também um tempo de renovação, de novos desafios e de novas respostas”.

Noutra passagem da sua intervenção, Aníbal Pires declarou: “O centro da nossa ação continuará a ser a luta pela valorização da profissão docente,

“Que o SPRA continue a renascer todos os dias nas escolas dos Açores, dando voz aos educadores e professores, defendendo a Escola Pública e honrando os valores da solidariedade, da democracia e do sindicalismo de classe”,

pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa da Escola Pública.”

“Mas os desafios do próximo triénio não se esgotam aí”, observou, logo de seguida, acrescentando: “Importará continuar a melhorar os serviços prestados aos associados, reforçar a presença do Sindicato nas escolas, investir na comunicação com os docentes, preparar novas gerações de dirigentes e apostar decididamente na formação político-sindical dos nossos quadros e delegados sindicais.”

Luta, conhecimento, reflexão crítica, capacidade de formar...

Como sublinhou o Presidente da MAG do SPRA, “um sindicato forte constrói-se na luta. Mas constrói-se também pelo conhecimento, pela reflexão crítica e pela capacidade de formar quem amanhã continuará este projeto coletivo.”

Na ponta final da sua intervenção, Aníbal Pires recordou uma reflexão do Papa Francisco que “traduz admiravelmente a missão do movimento sindical: “O sindicato nasce e renasce todas as vezes que, como os profetas bíblicos, dá voz a quem não a tem.” A frase faz parte de um discurso proferido a 28 de junho de 2017, durante uma audiência com os delegados da Confederação Italiana Sindical dos Trabalhadores (CISL). Nesse encontro, o Papa Francisco destacou o papel profético e de inovação social dos sindicatos, afirmando que estes devem defender não só os trabalhadores ativos, mas também os mais vulneráveis, os marginalizados e os desempregados.”

“Que o SPRA continue a renascer todos os dias nas escolas dos Açores, dando voz aos educadores e professores, defendendo a Escola Pública e honrando os valores da solidariedade, da democracia e do sindicalismo de classe”, concluiu. ●



Eleições do SPRA para o triénio 2026 - 2029

Renovação na continuidade

No passado dia 29 de Maio, o Sindicato dos Professores da Região Açores foi a eleições para os seus Corpos Gerentes, sendo que, neste dia, o acto eleitoral decorreu de forma presencial, tendo sido precedido, nos dias 26 e 27 de Maio, da possibilidade de votar electronicamente, tendo havido um incremento muito considerável do número de votantes por esta via, em relação ao que acontecera nos dois actos eleitorais anteriores, nos quais passámos a disponibilizar a plataforma electrónica.

O SPRA aposta nestas duas frentes, porque, apesar de ser uma lista única sujeita a sufrágio – a LISTA A –, para esta estrutura sindical, é muito importante que o acto eleitoral seja significativamente participado. E foi o que, efectivamente, veio a acontecer!

Ao nível regional, exerceram o seu direito a voto 64,0% dos/as sócios/as, registando as diferentes áreas sindicais diversas percentagens de participação, todas muito expressivas, variando entre 51,6% e 69,6%. Um orgulho!

Os órgãos regionais – Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e de Jurisdição e Direcção – obtiveram votações a favor entre 98,3% e 98,5% e os órgãos de área sindical – Mesa da Assembleia e Comissão Directiva – entre 95,2% e 100%.

Salientamos que a LISTA A, emanada da anterior direcção, registou uma renovação na ordem dos 20%.

Valorizamos, sobretudo, todo o trabalho desenvolvido por dirigentes sindicais, delegados sindicais e activistas sindicais, bem como o contributo de cada sócio/a, de uma forma ou de outra, para que este processo eleitoral decorresse sem qualquer ocorrência e fosse tão participado como foi. Tratou-se de um ponto alto, que traduziu a saúde democrática do Sindicato dos Professores da Região Açores, que se mantém, como é seu apanágio, sempre, contra ventos e marés, fiel aos seus princípios, dos quais, em caso algum, abdica!

Apraz-nos verificar que a sua intervenção do SPRA, a sua acção, a sua determinação e as suas convicções na defesa aguerrida e incondicional de educadores/as, professores/as e investigadores/as, bem como da valorização da carreira docente e de uma Escola Pública de qualidade e verdadeiramente inclusiva para todos/as são reconhecidas por quem representa. ●

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES 2026/2029

Um Sindicato preparado para o futuro!

Um Sindicato vivo, ativo e interventivo só se pode constituir com uma classe bem informada, motivada e capaz de agir para transformar, positivamente, a realidade existente. Esta breve passagem do Manifesto eleitoral com que a lista “A” se apresentou ao recente ato eleitoral no Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) sintetiza as grandes linhas de força desta candidatura emanada da direção anterior.

O caminho está definido e a vontade coletiva aponta para um Sindicato “capaz de agir não apenas perante o poder instituído, mas também junto da comunidade em que está inserido, afirmando-se como uma estrutura essencial na defesa da escola pública e da profissão docente”, no arquipélago.

“O futuro vai continuar a colocar-nos desafios exigentes, mas também oportunidades de afirmação”, lê-se no Manifesto, que realça, logo de seguida: “Queremos que o Sindicato dos Professores da Região Açores seja capaz de continuar – como sempre o tem feito – a cumprir esse papel, dando voz e expressão institucional às reivindicações dos docentes na RAA, mobilizando-os para as ações de luta que se re velarem necessárias.”

O Mundo...

Lembrando que este novo mandato se vai desenrolar “num contexto particularmente exigente”, os dirigentes do SPRA eleitos apontam, no plano internacional, neste próximo triénio, para “um reposicionamento das antigas e novas potências na geopolítica mundial, com o agravamento de tensões e a persistência de conflitos que introduzem incerteza e instabilidade”. “Este cenário”, observa a Direção do SPRA, “terá inevitáveis repercussões económicas e sociais, que influenciarão as políticas públicas e, consequentemente, a Educação”.

... e o País

Noutra passagem, o Manifesto refere que, ao nível nacional, «assistimos a uma configuração parlamentar em que forças de direita e extrema-direita detêm uma maioria qualificada, o que representa um risco acrescido para a aprovação e revisão de documentos estruturantes, como a Constituição da República e leis de base fundamentais.»

E acrescenta:

“São já visíveis intenções de alteração às leis laborais que procuram reverter conquistas dos trabalhadores, impondo distorções nas regras do mercado de trabalho. No âmbito da Função Pública, torna-se evidente uma orientação política que aponta para a diluição dos corpos especiais, nomeadamente o dos docentes, através da sua integração em carreiras gerais, mais longas, mais previsíveis, do ponto de vista orçamental, e menos valorizadoras, do ponto de vista profissional.”

“Na Região Autónoma dos Açores, mantém-se um Governo com maioria relativa, dependente de equilíbrios políticos frágeis, e pressionado por dificuldades económicas persistentes. A anunciada revisão da Lei das Finanças Regionais, que suscita consenso nas Regiões Autónomas, continua sem resposta efetiva por parte da República, revelando desvalorização face às especificidades regionais.”

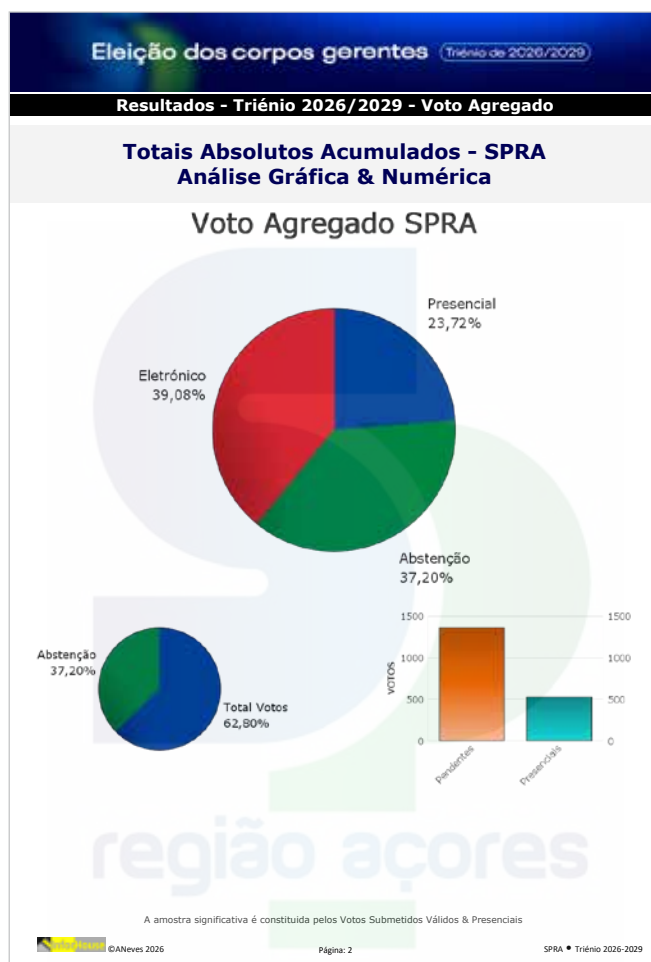
Instrumento insubstituível de mudança e transformação

“É neste quadro que o SPRA reafirma o seu papel histórico” na vida dos professores e, como destaca o Manifesto, lembra o meio século de intervenção e luta do Sindicato:

“Ao longo dos 52 anos de atividade – iniciada informalmente em maio de 1974, na sequência da Revolução de Abril – e quase cinquenta anos de existência formalmente constituída, demonstrámos que a ação sindical é um instrumento insubstituível de mudança e transformação.”

Os dirigentes sindicais recordam depois aquelas verdades que nunca será demais avivar, nomeadamente junto dos docentes mais jovens:

“Construímos um percurso marcado pela luta, pela negociação e por conquistas concretas que melhoraram significativamente as condições de trabalho e a dignidade da profissão docente na Região. Entre essas conquistas destacam-se a criação de



um Estatuto da Carreira Docente diferenciado, a uniformização dos horários e das reduções da componente letiva, bem como o exercício de cargos na Educação Pré-escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico, a centralidade de uma avaliação formativa sem quotas nem vagas, a concretização de uma carreira docente em trinta e quatro anos e a manutenção de um modelo de gestão democrática nas escolas.”

“Importa sublinhar que, do ponto de vista profissional, a Região Autónoma dos Açores apresenta atualmente condições que, no contexto nacional, são das mais favoráveis ao desenvolvimento da carreira docente e à organização do trabalho. Mas estas conquistas não são irreversíveis. Por isso, a sua defesa intransigente assume-se como um objetivo central deste mandato e da Lista A, que, agora, se apresenta a sufrágio”, alerta.

Reforçar a estrutura organizativa

Depois de referir que “o SPRA tem procurado reforçar a sua estrutura organizativa, promovendo uma ligação cada vez mais estreita com a comunidade educativa e com a sociedade em geral”, os dirigentes sindicais afirmam:

“Uma ação sindical transformadora exige conhecimento profundo das realidades das escolas e das aspirações dos docentes, bem como capacidade de intervenção concreta e sustentada. É esse compromisso que assumimos, conscientes de que a reflexão sobre a Educação deve ser permanente, crítica e orientada para a melhoria efetiva do sistema educativo.”

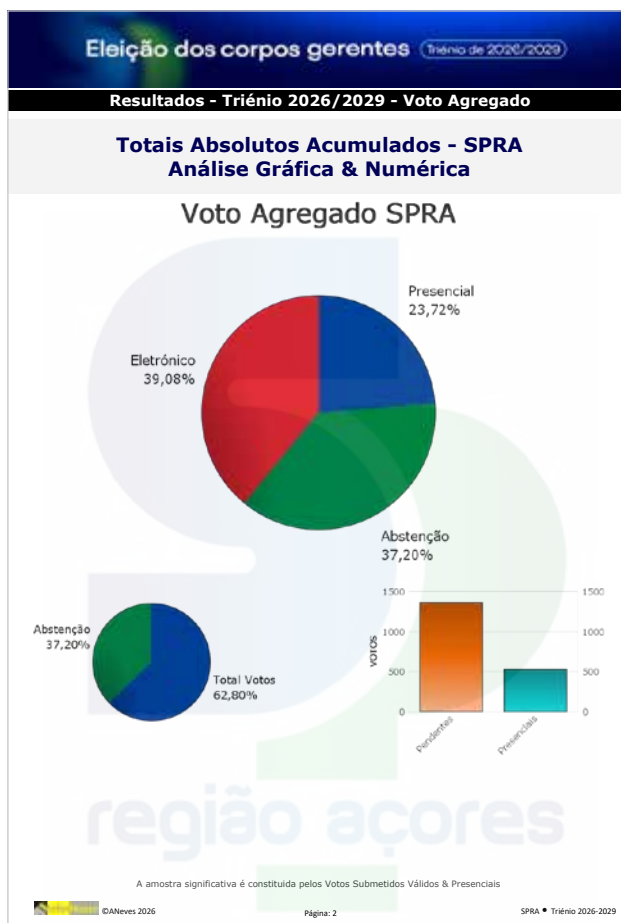
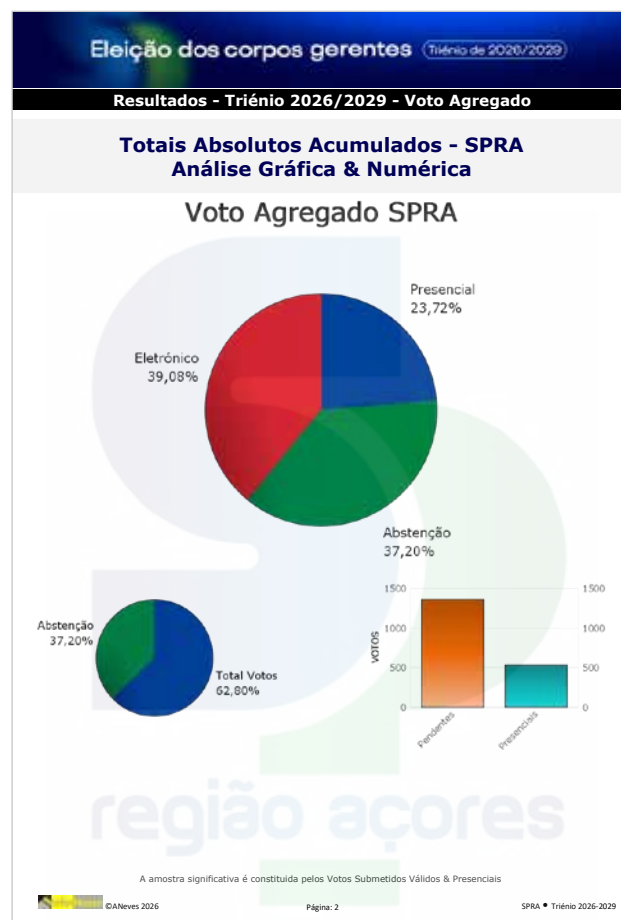
Surge, depois, um alerta dos sindicalistas:

“Num contexto em que se multiplicam tentativas de limitação da ação sindical, designadamente, através da vontade de proceder a alterações legislativas que visam restringir direitos, reafirmamos a nossa determinação em defender, sem concessões, a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores. Sabemos das dificuldades, mas conhecemos também a força da mobilização coletiva. O esclarecimento e a participação ativa dos docentes, em articulação com dirigentes e delegados sindicais, serão determinantes para enfrentar os desafios que temos pela frente.”

Compromisso

“A nossa ação continuará a ser orientada por princípios claros: a defesa intransigente de uma escola pública, inclusiva e de qualidade, a valorização e dignificação da profissão docente, a intervenção responsável e comprometida na definição das políticas educativas e a disponibilidade permanente para identificar problemas e propor soluções que melhorem o sistema educativo regional”, garante a Lista “A”, que, logo de seguida, assume um compromisso:

Durante o próximo mandato, o SPRA completará meio século de existência oficial. Queremos que esta efeméride marque, de forma indelével, pela positiva, a Educação na Região Autónoma dos Açores, e seja assinalada e celebrada com a dignidade que merece, através da realização de várias iniciativas nas diferentes Ilhas.



“Participar ativamente no diálogo com o poder político, de forma construtiva e exigente, na procura de soluções que promovam uma Educação de qualidade”

Um novo paradigma pedagógico

A Lista “A” reafirma o seu empenho no acompanhamento das “profundas transformações que marcam a relação entre educação e tecnologia. A evolução dos contextos educativos exige uma adaptação consciente e crítica a um novo paradigma pedagógico, no qual a tecnologia deixa de ser um mero recurso complementar para passar a integrar, de forma estruturante, o próprio processo de ensino e aprendizagem.”

“Neste quadro”, acrescenta o Manifesto, “a integração da Inteligência Artificial na Educação constitui um desafio incontornável. Não há ato educativo sem atribuir centralidade à ação dos docentes – o que exige a sua valorização e consequente melhoria das suas condições de trabalho. Defendemos uma abordagem responsável, ética e pedagogicamente sustentada, que valorize o papel insubstituível dos professores e assegure que a tecnologia reforça, e nunca substitui, a dimensão humana da Educação.”

“É, por isso, essencial garantir formação adequada aos docentes, condições equitativas de acesso e um enquadramento claro que promova a utilização consciente e crítica destas ferramentas. A construção de uma escola pública moderna e preparada para o futuro passa, inevitavelmente, por esta capacidade de integrar a inovação tecnológica com sentido pedagógico, rigor e responsabilidade”

“A defesa das conquistas obtidas pela luta sindical dos professores na Região Açores assume-se como “um objetivo central deste mandato e da Lista A”.

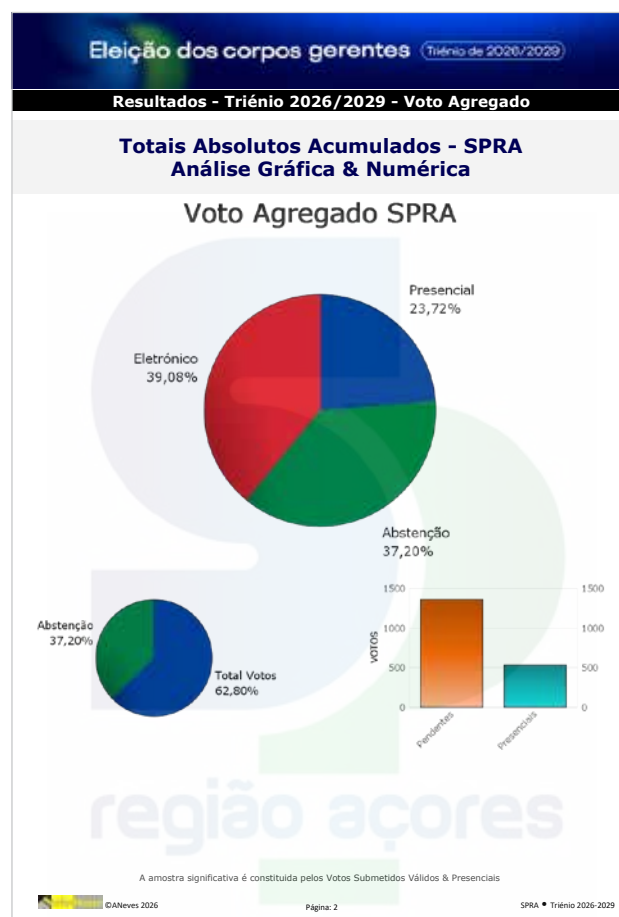
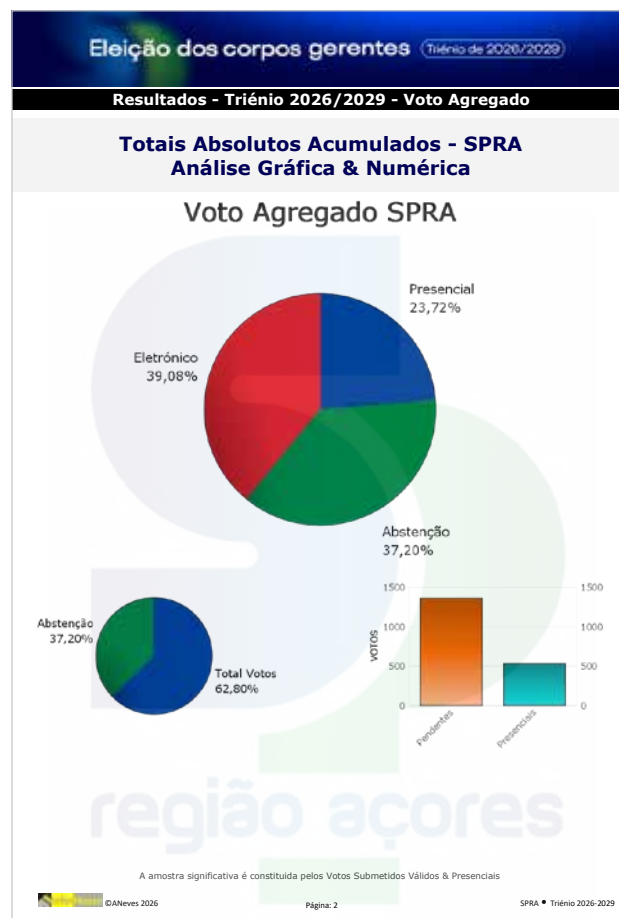
Formação contínua, Particular, Cooperativo e IPSS

O Manifesto aborda ainda outras áreas como a formação contínua de professores e a intervenção junto de setores como o Ensino Particular e Cooperativo e as IPSS, observando:

“Daremos continuidade à valorização da formação contínua dos docentes, designadamente através do PROFE, centro de formação do SPRA, promovendo, em todas as Áreas Sindicais e de oferta gratuita, ações de formação centradas nas solicitações dos docentes associados do SPRA.”

“Intensificaremos também a nossa intervenção junto do Ensino Particular e Cooperativo, bem como das IPSS, prosseguindo o processo de melhoria das condições de trabalho nestes setores, com o objetivo de aperfeiçoar o contrato coletivo de trabalho celebrado com a URIPSSA e de concretizar, pela primeira vez, um contrato coletivo com a URMA.”

“No relacionamento institucional, nomeadamente com a FENPROF, com as Uniões de Sindicatos e com a CGTP-IN, para além das obrigações estatutárias, continuaremos a apresentar propostas e a participar, de forma ativa e solidária, nas respetivas lutas e iniciativas do Movimento Sindical Unitário”, conclui o Manifesto. ●





SPRA promoveu seminário da Constituição da República Portuguesa e da Autonomia Regional



O SPRA realizou, no passado dia 17 de abril, em Angra do Heroísmo, um Seminário subordinado ao tema: “50 anos da Constituição da República Portuguesa e da Autonomia Regional: O desafio do Desenvolvimento.”

O encontro registou intervenções de vários convidados, António Lucas, Presidente da Direção do SPRA, Álvaro Menezes, antigo Secretário Regional da Educação e Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; Carlos Costa Neves, ex-Presidente do PSD/Açores, deputado e ministro; e José Decq Mota, ex-coordenador regional do PCP e deputado regional, que possibilitaram uma reflexão dinâmica sobre os desafios que se colocam à Autonomia Regional, após os 50 anos da sua existência.

Como destaca o Sindicato, a aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 1976, além de marcar o nascimento de uma nova etapa na vida democrática de Portugal, consagrando direitos, liberdades e garantias fundamentais, fez também algo que, para os açorianos, teve um significado ainda mais profundo: reconheceu finalmente o direito das ilhas a governarem-se a si próprias, através da autonomia regional, ideia que, historicamente, já vinha sendo desenvolvida.

Foi assim, sublinha o SPRA, que nasceu a autonomia dos Açores. Não como um gesto simbólico, mas como o reconhecimento de uma realidade histórica

e geográfica incontornável. Governar nove ilhas dispersas no Atlântico a partir do continente era, simplesmente, ignorar a especificidade de um território e de um povo.

“A criação da Região Autónoma dos Açores representou, por isso, uma conquista política maior. Pela primeira vez, os açorianos passaram a dispor de órgãos de governo próprios e de capacidade para definir políticas adaptadas à sua realidade. A proximidade da decisão política tornou possível responder com maior sensibilidade aos desafios da insularidade, da distância e da dispersão territorial”, destaca a tomada de posição sindical.

“Estamos a aproveitar plenamente as potencialidades da autonomia?”

Cinquenta anos depois, é legítimo perguntar: estamos a aproveitar plenamente as potencialidades da autonomia?, interroga o SPRA, que refere, logo de seguida:

“A autonomia não pode limitar-se à existência de instituições regionais. Não pode ser apenas um modelo administrativo que reproduz, à escala regional, a mesma lógica centralista que historicamente limitou o desenvolvimento das ilhas. A autonomia só faz sentido se significar verdadeira capacidade de decisão, visão estratégica e coragem política para enfrentar os problemas estruturais da Região.

“E esses problemas existem. Persistem



desigualdades entre ilhas, dificuldades na mobilidade inter-ilhas, dependências económicas excessivas e desafios demográficos que ameaçam a vitalidade de algumas comunidades. A autonomia deveria ser precisamente o instrumento para enfrentar estas fragilidades com mais inovação e mais ambição.”

A terminar, observa o Sindicato: “Há também um desafio político que não pode ser ignorado: a necessidade de reforçar a própria autonomia. Em várias matérias fundamentais, as regiões autónomas continuam dependentes de decisões tomadas no seu exterior, e nas quais não são ouvidas: no centro do poder nacional, mas, sobretudo, na União Europeia – com a agravante de o serem em órgãos não eleitos, como a Comissão Europeia. Se a autonomia é um princípio constitucional, então deve ser continuamente aprofundada e adaptada às exigências do presente.” ●



Profissionalização em serviço

Discriminação inaceitável

SPRA questionou a Secretaria Regional da Educação face à discriminação inaceitável, que, no entendimento do Sindicato, põe em causa diversos princípios que decorrem da Constituição da República Portuguesa – designadamente a igualdade de oportunidades e de tratamento entre cidadãos. Profissionalização em Serviço é o tema em foco.

O SPRA começa por lembrar que as candidaturas ao Curso de Profissionalização em Serviço (CPS) decorreram, na Universidade Aberta (UAb), até 1 de dezembro de 2025.

E acrescenta: “O CPS da UAb, na edição 2025-2027, resulta de um Contrato Programa firmado entre esta instituição e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Decorrente desse acordo, a definição dos destinatários abrange os docentes que, cumulativamente:

- sejam titulares de habilitação própria para a docência, nos termos da legislação aplicável, na data de apresentação de candidatura;
- tenham vínculo provisório à carreira docente, na sequência de colocação nas escolas públicas portuguesas através do concurso externo extraordinário 2024/2025;
- não se encontrem a realizar a profissionalização por outra via;
- estejam colocados num dos seguintes grupos de recrutamento: 200 – Português e Estudos Sociais/História; 220 – Português e Inglês; 300 – Português; 330 – Inglês; 400 – História; 420 – Geografia; 430 – Economia e Contabilidade; 500 – Matemática; 510 – Física e Química; 520 – Biologia e Geologia; 550 – Informática;
- e que, cumpridas as condições anteriores, tenham menos de 5 anos de serviço à data de 31 de agosto de 2025 e estejam colocados nos Quadros de Zona Pedagógica 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 51, 59, 60, 61, 62 ou 63, ou tenham 5 ou mais anos de serviço à data de 31 de agosto de 2025, podendo, nesse caso, estar colocados em qualquer zona pedagógica.”

“Os candidatos que reúnem estas condições foram identificados pelo MECI”, acrescenta o Sindicato. O curso teve início a 6 de janeiro de

2026 e suporta a oferta do 2.º ano de Projeto de Formação e Ação Pedagógica em parcerias estabelecidas com a Universidade do Algarve e os Institutos Politécnicos de Setúbal, Lisboa e Santarém.

Esclarece o SPRA que aquelas informações “estão expressas no sítio da internet desta instituição de ensino. Ao contrário do que é a prática dos anos anteriores, não está a ser possibilitado o acesso ao CPS a candidatos que não tenham as condições previstas no referido contrato programa, com grave prejuízo para os docentes dos Açores que reuniam as anteriores condições para acesso ao CPS da Universidade Aberta”.

“Esta é uma discriminação inaceitável, que, no entendimento do Sindicato dos Professores da Região Açores, põe em causa diversos princípios que decorrem da Constituição da República Portuguesa – designadamente a igualdade de oportunidades e de tratamento entre cidadãos. Acresce concretizar-se uma inédita quebra dos princípios de funcionamento do Estado Português, no que concerne à relação entre a República e as Regiões Autónomas, bem como da relação entre os respetivos governos”.

O SPRA exige, assim, que o Governo Regional recorra a todos os mecanismos à sua disposição para retificar aquilo que só se pode caracterizar como uma injustíssima e inqualificável discriminação dos docentes com habilitação própria que estão a exercer funções na Região Autónoma dos Açores. É, também, uma injustíssima e inqualificável discriminação da Região, por se ver excluída de um mecanismo que tem permitido a obtenção de qualificação profissional para os docentes que pretendem exercer funções na Região, conclui a Direção sindical.

Protocolos com a UAberta e a UAc

Perante este cenário, e considerando que na atual conjuntura, em que os três sistemas educativos do País parecem estar a disputar, entre si, os escassos recursos de docentes, em que existem grupos de recrutamento para os quais nenhuma universidade oferece o mestrado em ensino e que existem, em número significativo, docentes com cursos pré-Bolonha, com habilitação própria, que não conseguem aceder ao CPS, vimos, uma vez mais, defender que cabe ao Governo Regional dos Açores:

A realização de um protocolo semelhante com a Universidade Aberta ou um acordo que preveja a existência de quotas específicas para os Açores;

A realização de um protocolo semelhante com a Universidade dos Açores;

A identificação de grupos carenciados que possam vir a concorrer em concurso externo com habilitação própria. ●

O SPRA exige que o Governo Regional recorra a todos os mecanismos à sua disposição para retificar aquilo que só se pode caracterizar como uma injustíssima e inqualificável discriminação dos docentes com habilitação própria que estão a exercer funções na Região Autónoma dos Açores.



Na Região Autónoma dos Açores também se ouviu um grito de exigência por um outro rumo para o País

“Educação, saúde e transportes aéreos e marítimos são os setores mais afetados na Região Autónoma dos Açores pela Greve Geral”, destacava o noticiário da RTP, no passado 3 de junho. A CGTP-IN/Açores apontou uma adesão significativa, semelhante à registada na greve de 11 de dezembro

Os docentes que trabalham na Região apoiaram, de forma expressiva, as exigências feitas pela FENPROF e pelos seus Sindicatos, nesta luta nacional convocada pela CGTP-IN, entre as quais: medidas positivas para a Educação e a Ciência, no sentido de promover a estabilidade e a qualidade, de superar problemas estruturais graves – incluindo aqueles que afetam os docentes do setor privado e do setor social - e de valorizar a Escola Pública. Participando na Greve Geral de 3 de junho,





os docentes e investigadores exigiram, ao nível nacional:

1. Aumento real dos salários;
2. Carreiras dignas e valorizadas;
3. Valorização da Escola Pública e de todos os Serviços Públicos;
4. Medidas estruturais para enfrentar a escassez de docentes;
5. Horários e condições de trabalho justos e legais;
6. Reconhecimento da importância da negociação coletiva;
7. Resolução da precariedade laboral, ainda persistente na educação e sendo mesmo a regra na investigação científica;
8. Aposentação justa e em tempo útil.

Em declarações à Antena 1, Rui Teixeira, coordenador da Central Sindical na Região, destacou “a resposta dada pelos trabalhadores açorianos”.

“Poderá haver alguns sectores em que seja um pouco acima, e outros em que seja um pouco abaixo, mas, na globalidade, é

uma dimensão semelhante. Posso referir, por exemplo, que o turno da noite da EDA está a trabalhar a 20%, ou seja, teve 80% de adesão, e 70% de adesão dos colegas seguintes. Os trabalhadores dos CTT tiveram 45% de adesão à greve. Muitos transportes públicos estão completamente encerrados”.

Escolas encerradas

E prosseguiu: “Em geral, as escolas da Região estão encerradas. O hospital de Ponta Delgada só tem os serviços mínimos a funcionar e a maior parte dos centros de saúde também. O matadouro teve 90% de adesão à greve e, praticamente, os abates estão por realizar. Na Cofaco, a esmagadora maioria das trabalhadoras aderiu à greve. Alguns colégios privados, nomeadamente, Santo António, na ilha do Faial, também aderiram”, revelou Rui Teixeira. No dia da Greve Geral, decorreram

concentrações de trabalhadores de todos os setores nas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

A FENPROF saudou “todos os professores e investigadores que aderiram à Greve Geral, contribuindo para uma expressiva jornada de luta, que levou ao encerramento de milhares de escolas em todo o País e à forte paralisação do funcionamento de inúmeros serviços públicos”.

Já depois da Greve Geral, e ainda no mês de junho, o governo da AD assistiu à estrondosa derrota do seu Pacote Laboral. 3 de junho foi um momento decisivo na luta contra a redução e destruição dos direitos dos trabalhadores e as políticas de afronta à Constituição da República Portuguesa. Na Região Autónoma dos Açores também se ouviu um grito de exigência por um outro rumo para o País. ●

CGTP-IN Açores anuncia intensificação da luta

“A Comissão Coordenadora da CGTP-IN/Açores anunciou que vai intensificar a ação reivindicativa nos próximos meses, defendendo aumentos salariais, a valorização das carreiras e o reforço da contratação coletiva, na sequência de uma reunião realizada em Ponta Delgada, para analisar a situação política e social da Região. (...) A central sindical acusa o Governo Regional e os partidos que o apoiam na Assembleia Legislativa dos Açores de terem mantido uma postura de “silêncio cúmplice” perante as reivindicações dos trabalhadores. Para a CGTP-IN/Açores, a atual conjuntura demonstra que existem condições para melhorar os salários e as condições de trabalho, defendendo uma distribuição mais justa da riqueza produzida. A organização considera urgente um aumento geral, significativo e imediato dos salários, bem como a dinamização da contratação coletiva, apontando este instrumento como essencial para reforçar o diálogo social e combater as desigualdades (...)” | *Diário dos Açores*, 9/07/2026



Exames Nacionais

Do escândalo de um processo às ofensas aos professores por Fernando Alexandre e Luís Montenegro

O escândalo dos exames do ensino secundário foi marcado, entre outros aspetos, por declarações infelizes, contraditórias, demagógicas e estranhas do titular da pasta da Educação. Certamente influenciado pelo ambiente do mundial de futebol, o primeiro ministro quis chutar mais forte do que Fernando Alexandre e num encontro partidário realizado no dia 14 de julho sobre o Estado da Nação, fez declarações que, como sublinha a FENPROF, “constituem um ataque inadmissível aos professores e uma inaceitável tentativa de desviar as responsabilidades políticas do governo relativamente ao caos instalado no processo de classificação das provas de exame do ensino secundário.” Como titulava um órgão de comunicação social on line, “Montenegro mete a cabeça no cepo”..

Ao relacionar as dificuldades verificadas com a discordância de alguns professores em relação ao modelo adotado e ao insinuar que estes não estão a revelar o profissionalismo exigível, o chefe do governo ultrapassou todos os limites do aceitável. Pior, ainda, quando Luís Montenegro escamoteia qualquer responsabilidade política, admitindo a custo algumas falhas eventuais, porventura técnicas, de dentro do seu governo e do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

Na mesma linha, veio o ministro Fernando Alexandre, ainda não satisfeito com as acusações que fez desde o início do processo, tentar transferir, para os professores, responsabilidades que são do MECI/governo, acusando-os de denunciar falhas que, nas suas palavras, são falsas, para chegar ao cúmulo de transformar em acusação a necessidade que alguns professores tiveram de entrar em baixa por doença. Se isto não é irresponsabilidade política!...

Para a FENPROF, trata-se de uma atitude despropositada, arrogante e profundamente injusta para com milhares de docentes que, apesar de todas as dificuldades criadas, continuam a assegurar, com enorme sentido de responsabilidade e muito esforço, um trabalho exigente e decisivo para o futuro de dezenas de milhares de alunos.

A FENPROF rejeita categoricamente qualquer tentativa de imputar aos professores responsabilidades que pertencem exclusivamente ao governo e ao MECI.

Os problemas que se têm sucedido resultam de opções políticas e administrativas do governo e, em particular, do ministério de Fernando Alexandre: com a forma precipitada e arrogante, contra todos os avisos, como optou por generalizar o processo de classificação, apesar da deficiente preparação da sua implementação, das falhas na digitalização das provas, dos erros na gestão dos ficheiros, das incorreções na distribuição dos itens pelos classificadores e da manifesta incapacidade para acompanhar e controlar todo o processo.

São estes erros sucessivos que explicam o clima de enorme insegurança e ansiedade vivido por alunos, famílias e professores, bem como a crescente falta de confiança da sociedade portuguesa na capacidade do MECI em garantir um processo de exames rigoroso, transparente e fiável.

Acusar professores de serem, de alguma forma, responsáveis por esta situação representa uma fuga às responsabilidades políticas e um inaceitável e indigno exercício de culpabilização daqueles que, precisamente, têm impedido que o processo colapse por completo.

A FENPROF afirma de forma clara e inequívoca que os professores classificadores têm demonstrado um elevadíssimo profissionalismo. Independentemente das reservas que possam ter relativamente ao modelo em que se viram envolvidos, estão a desempenhar as suas funções com rigor, competência e um profundo sentido ético, colocando sempre em primeiro lugar os direitos dos alunos, em detrimento do seu direito a conhecerem atempadamente a extensão/quantidade do trabalho a realizar e a condições e horários de trabalho dignos.

O que a FENPROF exigiu ao governo desde a primeira hora não é que procure bodes expiatórios para esconder os efeitos das suas políticas e da sua incompetência.

Queixa na Procuradoria-Geral da República

O Secretariado Nacional da FENPROF decidiu:

- Apelar à subscrição massiva do abaixo-assinado de protesto contra as graves deficiências verificadas no processo de classificação dos exames nacionais;
- Instar todos os professores classificadores a enviarem a minuta de escusa de responsabilidade disponibilizada pela FENPROF;
- Apresentar uma queixa na Procuradoria-Geral da República exigindo a abertura de um inquérito e o apuramento de responsabilidades relativamente à fiabilidade, segurança e credibilidade da plataforma e procedimentos adotados de classificação dos exames nacionais do ensino secundário, tendo em conta a gravidade e a dimensão dos erros reportados, o que aconteceu no passado dia 17 de julho.
- Defender o direito dos professores ao gozo das suas férias, tendo em conta, também, que o conceito jurídico de “necessidades imperiosas” não pode servir para remediar a falta de competência, de planeamento e de organização dos responsáveis do Ministério à custa de mais sobrecarga para os professores, muito menos quando estes ainda terão de assegurar, obrigatoriamente, os processos de reapreciação das provas. ●



APAGAR



4.ª Conferência Nacional de Docentes
Aposentados da FENPROF

O Futuro pertence aos aposentados



Nem descartáveis, nem um peso social: os aposentados são referência e valor. Foi tendo estes elementos presentes que o SPRA promoveu o debate “Envelhecimento com Dignidade; A Constituição da República Portuguesa e os Direitos dos Aposentados”, no dia 21 de maio, em Ponta Delgada.

Este debate enquadrou-se na preparação da 4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF e contou com a participação de António Lucas (Presidente do SPRA), Teresa Medeiros (Professora Catedrática aposentada da Universidade dos Açores), Aníbal Pires (Presidente da Assembleia Geral do SPRA) e Fátima Garcia (Responsável do SPRA no Departamento de Aposentados da FENPROF).

Todos nos recordamos do “peste grisalha”, a inaceitável expressão com que um deputado do PSD, nos tempos da troika, menorizou quem, pelo seu passado, pela sua vida inteira de trabalho, construiu o país que temos. Não foi por geração espontânea: foram dezenas de milhares de professores aposentados que, com o seu humanismo e a sua identificação com o papel da Educação na construção de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida, construíram, a pulso e suor, a Escola de Abril!

Fátima Garcia denunciou que os ataques aos aposentados não são de hoje. Por isso mesmo, os professores

aposentados nunca baixaram os braços. Quem, durante décadas de trabalho, deu o melhor de si, tem direito à atualização justa e digna das pensões e à ADSE pública, solidária e com mais direitos. Estes são apenas alguns dos motivos que têm levado o Departamento de Aposentados da FENPROF a agir, ao longo de décadas, com petições, debates, participação em manifestações e muitas outras ações de luta.

Teresa Medeiros, com base na investigação científica sobre Psicogerontologia, explicitou que o envelhecimento é um processo que ocorre ao longo da trajetória da vida e não um acontecimento repentino, uniforme e com início na Reforma. Referiu algumas falácias e erros sobre concepções do envelhecimento humano e trouxe à guisa da reflexão os diferentes desafios dos envelhecimentos, na sua dimensão plural. Apresentou alguns dados de uma investigação científica sobre os professores e a reforma, com base numa amostra da Região Autónoma dos Açores. Reforçou a urgência da construção de uma sociedade justa e humana em que as pessoas reformadas tenham, efetivamente, um papel ativo e participativo e sejam uma voz na definição das políticas públicas intergeracionais inclusivas, para o desejado envelhecimento saudável, psicologicamente positivo e com bem-estar, tendo a meta do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

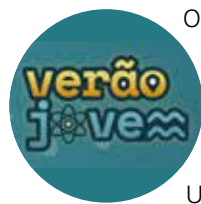


António Lucas sintetizou a legislação que levou ao adiamento da reforma e à desvalorização das pensões. A segurança social e económica é posta em causa pela redução do valor real das reformas, fruto de opções políticas dos sucessivos governos que, em particular nas duas últimas décadas, travaram a atualização das pensões.

Aníbal Pires denunciou que o Estatuto do Idoso, apesar de cheio de palavras bonitas, está vazio de medidas que os dignifiquem. Pelo contrário, a Constituição de Abril aponta para um caminho solidário: o direito à cultura, à saúde, à habitação, a uma vida plena e com dignidade. Contudo, o Governo da República esqueceu tudo isto no Estatuto do Idoso, preferindo uma política assistencialista, e não o envolvimento social, a participação ativa e a dignidade dos aposentados.

A 4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF está marcada para o dia 24 de novembro de 2026, com o lema “Cumprir a Constituição – Unir Forças – Dignificar a Aposentação”.

Academia Júnior na Universidade dos Açores



O convite não podia ser mais objetivo: “se és estudante do ensino básico e secundário, a Academia Júnior é o teu espaço na Universidade dos Açores! Esta Academia desenvolve oportunidades de observação, análise e exploração científica, tecnológica, cultural e artística, em interação com investigadores e estudantes da UAc.”

As atividades da Academia Júnior desenvolvem-se sobretudo nos períodos de interrupção letiva das escolas. Para os alunos do 3.º ciclo, o tema das atividades é “Os Exploradores”. Para os estudantes do secundário, as atividades desenvolvem-se até finais de julho, sob o tema “Os Cientistas”. •

+ info: <https://uac.pt/veraojovem>



TRIBUNA DE IMPRENSA

2900 funcionários públicos irão reformar-se até 2030

Grupo de Trabalho para a Administração Pública Regional 2030 apela a um rejuvenescimento urgente e com competências tecnológicas da Administração Pública Regional, que, no horizonte 2030, terá mais de metade dos seus trabalhadores com 60 ou mais anos. A Educação é a área mais crítica e, por ilhas, São Miguel irá ver sair para a reforma mais de metade dos seus funcionários das secretarias regionais até 2030. | *Açoriano Oriental*, 3/07/2026 •



7.ª Corrida Regional do Professor

A 24 de maio, realizou-se, em Angra do Heroísmo, a 7.ª edição da Corrida Regional do Professor.

À semelhança dos anos anteriores, esta iniciativa do SPRA, organizada em parceria com a Associação de Atletismo da Ilha Terceira e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, voltou a mobilizar um elevado número de participantes, entre docentes e comunidade, em geral.

O percurso manteve-se inalterado, decorrendo ao longo do Passeio Panorâmico das Baías de Angra, cenário já emblemático desta prova. Foram atribuídos troféus aos 1.º, 2.º e 3.º classificados de cada escalão, bem como medalhas de participação para todos os concorrentes, valorizando o espírito desportivo e o envolvimento coletivo. •



DESTAQUES A UMA COLUNA

Professores exigem equidade na monodocência

A FENPROF realizou, em junho passado, frente ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), uma Tribuna Pública pela equidade na monodocência em relação

aos restantes níveis de ensino, que reuniu mais de 2300 educadores e professores.

A exigência de equidade na monodocência constitui uma antiga reivindicação da FENPROF e assume particular relevância no atual contexto de revisão do ECD. A Federação tem defendido a adoção de medidas concretas que ponham termo às desigualdades existentes face aos restantes níveis e ciclos de ensino, designadamente, no que respeita à organização dos horários de trabalho, à aplicação das reduções da componente letiva previstas no artigo 79.º do ECD, ao exercício de cargos pedagógicos e à calendarização das atividades letivas.

A FENPROF exige, igualmente, a criação de um regime de aposentação digno para todos os docentes, independentemente do ciclo ou nível de educação e ensino, aos 36 anos de serviço, sem quaisquer penalizações.

Ao longo da iniciativa, realizaram-se diversas intervenções de docentes e dirigentes sindicais, tendo sido aprovada, por unanimidade, uma Resolução, posteriormente entregue nos serviços do MECI.

Os educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico continuam a denunciar uma situação que consideram injusta: asseguram uma

Conferência de imprensa da FENPROF no encerramento do ano letivo

Acabou o estado de graça do ministro Fernando Alexandre...

Na ponta final do ano letivo 2025/2026, o Secretariado Nacional da FENPROF realizou uma conferência de imprensa em Viseu. De acordo com a Federação, representada pelos dois Secretários Gerais, o ano letivo que terminou foi (mais) um ano perdido: um ano perdido na resolução do problema da falta de professores; um ano perdido na mais do que urgente valorização do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Foi também um ano de experimentalismos do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI): experimentalismo na reorganização do MECI, a vertente da Reforma do Estado na administração educativa; experimentalismo no novo paradigma da avaliação externa dos alunos, mais digital e mais redutora. E foi ainda um ano em que os professores voltaram à rua em força porque os problemas existentes não estão a ser resolvidos e, não bastasse isso, foram criados novos. Acabou o estado de graça de Fernando Alexandre.

Das várias mensagens que a Federação desenvolveu no diálogo com os jornalistas, refiram-se, em jeito de síntese, os seguintes temas:

- A carência de professores agravou-se
- A revisão do Estatuto da Carreira Docente (ponto da situação)
- O desmantelamento do MECI e o digital
- O novo paradigma da avaliação dos alunos
- A luta dos professores

A perda de credibilidade do ministro e da sua equipa e a incapacidade para tratarem dos problemas da Educação são cada vez mais evidentes e exigiriam o reconhecimento dos erros e da impreparação para dirigir os destinos da Educação do nosso país. Não basta um ministro e uma equipa que se apresentam como alegados inovadores, destemidos reformadores, mas que rapidamente encontram responsabilidades em terceiros por tudo o que não funciona bem, destaca a Federação.

Como realça a Direção da FENPROF, “será bom que o governo saiba interpretar o sobressalto dos professores no final deste ano letivo e as razões que conduziram à alteração do seu estado de espírito. Os professores não vieram para a rua; estão na rua. Queremos ver resolvidos os problemas existentes e dispensamos a criação de novos”. •

“Não basta um ministro e uma equipa que se apresentam como alegados inovadores, destemidos reformadores, mas que rapidamente encontram responsabilidades em terceiros por tudo o que não funciona bem”...



componente letiva superior à dos restantes docentes, sem que exista uma organização do trabalho que reconheça e responda adequadamente a esse acréscimo de exigência.

Para a FENPROF, esta reivindicação não deve ser vista como uma questão setorial, nem como um fator de divisão entre professores. Pelo contrário, coloca em evidência a necessidade de garantir equidade entre todos os docentes, assegurando direitos, condições de trabalho e reconhecimento profissional coerentes em todos os níveis de educação e ensino. •

“Nada nos foi oferecido”

“Nós sabemos que o trabalhador não é uma máquina. É pai. É mãe. É filho. É cidadão.

Tem direito ao descanso. Tem direito a família. Tem direito à saúde. Tem direito a viver. E o trabalho tem de servir a vida e não pode ser a vida que se sacrifica ao trabalho.

Atacam a contratação coletiva. Atacam a liberdade sindical. Atacam instrumentos fundamentais de equilíbrio numa relação que é, por natureza, desigual.

Porque eles sabem que um trabalhador isolado é mais vulnerável.

Mas trabalhadores organizados são uma força extraordinária. Foi assim que conquistámos as oito horas de trabalho. Foi assim que conquistámos férias pagas. Foi assim que conquistámos a proteção na maternidade e paternidade. Foi assim que conquistámos a contratação coletiva. Foi assim que conquistámos o direito à greve.

Nada nos foi oferecido. Tudo foi conquistado. Com luta. Com coragem. Com solidariedade.” | *Tiago Oliveira, Secretário Geral da CGTP-IN, 18/06/21026* •



ECD em revisão não pode ser em vão! Valorização, já!

SPRA representado na manifestação nacional de 16 de maio

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) esteve representado na manifestação nacional realizada pela FENPROF, em Lisboa, em maio passado, que juntou 25 000 participantes.

Em foco esteve a exigência de valorização da profissão e da carreira docente e a defesa da Escola Pública, inclusiva, de qualidade e para todos, conforme destaca a Resolução aprovada por unanimidade e aclamação, na qual se reafirma a disponibilidade dos professores e investigadores para prosseguir a luta.

A manifestação exigiu “uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que garanta a urgente valorização da profissão e da carreira e a equidade entre todos setores”, bem como “a manutenção da natureza de corpo especial da carreira docente”, entre outros objetivos centrais.

Na Praça dos Restauradores, os dois secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, e o secretário-geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, saudaram os participantes. ●



Três desabafos sobre “o desenvolvimento deste Arquipélago”

(...) Sobre o desenvolvimento deste Arquipélago distante e disperso, o que eu concluo resume-se a três frases:

A primeira frase:

A vida destes dias de hoje não tem qualquer comparação com o que existia antes do 25 de Abril, antes da Constituição da República Portuguesa e antes da Autonomia.

A segunda frase:

O desenvolvimento que se foi, em geral,

fazendo ignorou fortemente a qualidade de vida das populações, não visou melhorar de forma significativa os rendimentos de quem trabalha, não resolveu de forma completa importantes problemas, de entre os quais destaco a habitação.

A terceira frase:

Muitas coisas importantes foram sendo feitas, mas muitas coisas fundamentais ficaram, por opção política, por fazer, de forma muito marcante. ●

Da comunicação de José Decq Mota, ex-coordenador do PCP/Açores e antigo deputado regional, no seminário promovido pelo SPRA, sobre os 50 anos da Constituição da República e a Autonomia Regional, 17/04/2026, Angra do Heroísmo

Falhanço político

(...) “Quando uma reforma administrativa ameaça a credibilidade dos exames nacionais, já não estamos perante uma modernização do Estado. Estamos perante um falhanço político que exige explicações, responsabilização e correção imediata.

A anunciada poupança de dezenas de milhões de euros suscita, por isso, legítimas interrogações. Poupar recursos à custa do funcionamento da administração educativa, da capacidade de resposta às escolas e da qualidade da avaliação externa não representa uma reforma; representa uma degradação do serviço público.”

Secretariado Nacional da FENPROF,



“Saiba o MECI ler o sentido das exigências e da disponibilidade para a luta dos professores, demonstrada na Manifestação Nacional de Professores e Educadores de 16 de maio e na Tribuna Pública da Monodocência de 15 de junho. Saiba também ler o profundo significado da luta que conduziu à derrota do Pacote Laboral.”

A mensagem destaca-se na tomada de posição do Secretariado Nacional da FENPROF, após a derrota da proposta de Pacote Laboral, na Assembleia da República, no passado mês de junho. Para a FENPROF, a derrota do Pacote Laboral “constituiu uma importante vitória dos trabalhadores, alcançada através de uma luta que acrescentou mobilização, mas que também permitiu o esclarecimento sobre as alterações que o governo pretendia fazer.”

“A tentativa de levar ao parlamento uma proposta que não encontrava apoio na maioria dos portugueses esbarrou,

Saiba o Governo de Montenegro ler o profundo significado da luta que conduziu à derrota do Pacote Laboral

depois, na oposição que vinha já sendo assinalada à esquerda da AD, mas que, com a luta corajosa e a persistência com que os trabalhadores enfrentaram o ataque do Governo aos seus direitos, obrigou mesmo aqueles que estavam dispostos a dar a mão ao Governo a recuar nesta intenção. Foi mesmo a luta ao longo de onze meses que criou condições para este desfecho”, salienta a tomada de posição sindical.

Importante contributo dos docentes investigadores

A FENPROF assinala ainda que os docentes e investigadores do setor público e do setor privado “deram um importante contributo para a derrota da proposta do governo e das confederações patronais. Também estes trabalhadores foram apurando a consciência das inusitadas ameaças que o Pacote Laboral comportava. As garantias, designadamente do ministro Fernando Alexandre, de que as alterações laborais não diziam respeito aos docentes não convenceram – e bem! - os docentes e investigadores, tratando-se de um evidente embuste. A conclusão que o governo deve retirar é que impor aos trabalhadores algo que eles claramente rejeitam não é caminho.”

Revisão do ECD: ritmo negocial inaceitável

Destacando que “é inaceitável o ritmo negocial que vem sendo impresso à revisão

do ECD – um ano letivo, 10 reuniões e nem dois de sete temas concluídos”, a Direção da FENPROF sublinha:

“Pelo andamento, a legislatura não será suficiente para concluir o processo de revisão do ECD! Não se resolve o problema da revisão do ECD que devia ser urgente, instrumento fundamental da valorização que falta para contrariar o desinteresse pela profissão e, a partir daí, combater a falta de professores.”

E acrescenta:

“O próprio ministro considerava questão estrutural, mas tal não se tem traduzido nas negociações, quer pela natureza das propostas vindas do governo, quer pelo ritmo em que o MECI/governo atolou o processo. As duvidosas medidas avulsas que o governo tem vindo a adotar estão no limite das suas potencialidades e comprovam a incapacidade para resolver, efetivamente, os problemas que afetam o sistema educativo e a profissão docente.”

“A obrigação do Governo é resolver os problemas dos cidadãos e não criar outros ainda mais graves, como, manifestamente, era o caso do Pacote Laboral. Também o ministro Fernando Alexandre e a sua equipa devem perceber a obrigação governativa de resolver e não de criar problemas, em particular, no que diz respeito ao modelo de recrutamento e colocação de docentes”. ●

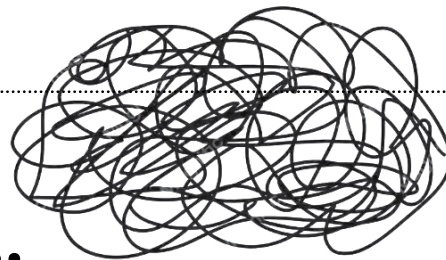
comunicado divulgado a partir de Lisboa, 27/06/2026, sob o tema: “O caos instalado nos exames nacionais revela o falhanço da reorganização do Ministério da Educação.” O assunto seria abordado no Plenário de Sindicatos da CGTP-IN (2/07/2026) por Francisco Gonçalves, Secretário Geral da FENPROF. ●

Em defesa da Ciência Pública

A FENPROF e os seus sindicatos, juntamente com outras estruturas e

organizações do setor do ensino superior e da ciência, realizaram no passado dia 15 de julho uma concentração de trabalhadores científicos em defesa da Ciência Pública, pelo fim da precariedade, por mais investimento público e por mais democracia interna nas instituições. A iniciativa decorreu frente ao Centro de Congressos de Lisboa, durante a realização do Encontro Ciência e Inovação 2026, coincidindo com a participação prevista do Ministro da Educação, Ciência e

Inovação, Fernando Alexandre. Foi exigida a regularização imediata dos vínculos precários de todos os trabalhadores com funções permanentes, incluindo investigadores, técnicos, gestores e docentes convidados, nomeadamente através da implementação de um regime transitório, com financiamento adequado, pelo Orçamento do Estado (OE), que abranja todos estes profissionais. ●



Vamos Falar de Depressão...

FILIPE PINHEIRO DE CAMPOS, SPRA – São Jorge

É voz comum a aflição que a depressão comporta nos indivíduos. Cada vez é mais frequente ouvir falar em quadros depressivos que assolam toda a sociedade, com as inerentes consequências ao nível do desempenho laboral, da convivência social e do equilíbrio familiar.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a depressão surge como o problema de saúde com maior contributo para a incapacidade ao nível mundial. Afetará cerca de 280 milhões de pessoas, dos quais 40 milhões se contam na Europa. Portugal é um dos países com piores indicadores: mais de 12% dos portugueses com 15 ou mais anos convivem com esta situação, comparativamente com a média da União Europeia que se situa nos 7.2%.

Também no quadro escolar, a depressão toma contornos muito preocupantes, pelo crescente número de casos diagnosticados que confluem numa perda de motivação e consequente deterioração do desempenho, que se alia a um forte absentismo laboral, com as consequências daí inerentes.

A depressão consiste num quadro de tristeza e / ou diminuição do interesse ou prazer nas diferentes atividades desempenhadas em contexto laboral e nas relações das esferas social ou familiar. O sofrimento é muitas vezes exacerbado, o que se explica pelo estigma social associado à doença, que inibe, muitas vezes, a procura de cuidados profissionais, numa fase mais precoce. Interfere na vida diária e, como tal, na capacidade de trabalhar, estudar, dormir e viver em sociedade.

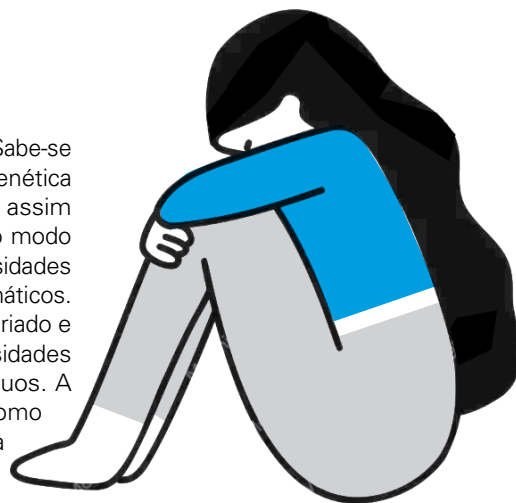
Não se confunda depressão com tristeza, pois a este caso correspondem sentimentos de curta duração e que muitas das vezes são remidos quando o agente causador é controlado ou simplesmente deixa de estar presente. No caso da depressão, há uma interferência notória com as diferentes atividades, sendo que os seus sintomas podem ser atribuídos a uma complexidade de causas variadas e interatuantes, como fatores genéticos, biológicos, ambientais e psicológicos, potenciadores de quadros de desmotivação e desprendimento das atividades do quotidiano. Situações traumáticas, como o luto e as doenças físicas, propiciam o desenvolvimento de quadros depressivos em muitas pessoas, sendo que, segundo os dados estimados, são mais frequentes

em mulheres do que em homens. Sabe-se hoje que existe uma tendência genética para alguns tipos de depressão, assim como o tipo de personalidade e o modo como cada um lida com as adversidades da vida e os acontecimentos traumáticos.

O quadro sintomatológico é variado e experienciado de formas e intensidades diferentes nos diferentes indivíduos. A sintomatologia inclui situações como a fadiga generalizada, a falta de atenção e a diminuição da velocidade de reação nas respostas a diferentes estímulos, transtornos no ciclo do sono e da vigília, isolamento social e familiar, transtornos do apetite, com alterações de peso, falta de motivação e de estímulo para as diferentes atividades, sensação de irritabilidade, tensão, agitação, aflição, preocupação e receios infundados, perda de prazer, alterações na atividade sexual, na concentração e no raciocínio, sentimentos de culpa e de auto desvalorização, são alguns dos muitos sintomas descritos habitualmente. Mais uma vez, reiteramos que a depressão não deve ser confundida com tristeza, pois, neste caso, trata-se de uma reatividade a um acontecimento, temporário, e que não se torna incompatível, na maioria das situações, com a vida normal.

Os quadros depressivos categorizam-se como ligeiros (a intensidade dos sintomas é menor, permitindo a manutenção das atividades diárias, pese embora se mantenha a sensação de fadiga, tristeza e desinteresse, tendendo a prolongar-se durante anos), moderados ou graves. Podem também apresentar-se sob a forma de episódio único, episódios recorrentes, episódios alternados com períodos de mania ou de hipomania (estado de humor anormalmente eufórico ou irritable, caracterizado por um aumento acentuado de energia e atividade).

O tratamento envolve naturalmente a ajuda profissional, que deve ser procurada desde logo e sem receios, sempre que os sintomas têm a duração de, pelo menos, duas semanas, ocorrendo na maioria dos dias, provoquem sofrimento e tenham uma implicação negativa no desempenho. Tratamento farmacológico específico e psicoterapia são as principais linhas de atuação, se bem que o suporte familiar seja uma situação coadjuvante a considerar como fulcral.



A depressão consiste num quadro de tristeza e / ou diminuição do interesse ou prazer nas diferentes atividades desempenhadas em contexto laboral e nas relações das esferas social ou familiar.

A prevenção de quadros depressivos, difícil e complexa, envolve, em particular, os diferentes hábitos de vida das pessoas. Procurar gerir o stress e melhorar a autoestima, dormir as horas necessárias, adotar uma alimentação equilibrada e saudável, praticar exercício físico com regularidade, reduzir o consumo de álcool e de substâncias causadoras de dependências, mas também procurar apoio em familiares ou amigos e consultar o seu médico com regularidade, para melhor gerir o seu estado de saúde. Repare-se que quanto mais cedo procurar ajuda, melhor resultado poderá ter a abordagem especializada. É fundamental reconhecer sinais e sintomas de um modo precoce e combater o estigma social aliado à depressão.

Se conhece alguém perante um estado depressivo, seja um bom ouvinte, mas direto nas questões, encoraje a procura de um profissional, seja disponível e ajude a garantir que a pessoa coma e durma de modo regular e cumpra as indicações médicas, mas, não se esqueça de cuidar de si também! ●

Literatura

"A Coragem da Resistência"

Homenagem a José Vieira Godinho, o "Zé Petróleo", num oportuno trabalho de José Calçada.

Foi recentemente apresentado ao público o livro "A Coragem da Resistência – José Vieira Godinho, o "Zé Petróleo", da autoria de José Calçada (coordenação editorial, recolha de testemunhos e documentos e produção de textos). A sessão foi promovida pelo Instituto Açoriano de Cultura e a Casa do Povo dos Biscoitos, na Terceira.

Trata-se de uma obra dedicada à preservação da memória de uma das figuras mais estimadas da freguesia dos Biscoitos e daquela ilha.

José Vieira Godinho, conhecido por todos como "Zé Petróleo", destacou-se pela simplicidade da sua vida e pela firmeza dos valores que sempre defendeu. Homem do trabalho, do mar e da comunidade, deixou um legado de integridade, solidariedade e coragem que continua vivo na memória daqueles que com ele conviveram, sublinha a nota de imprensa divulgada, que acrescenta:

"Este livro nasce da vontade de preservar esse testemunho para as gerações futuras. Mais do que uma biografia, constitui um exercício de memória coletiva que retrata não apenas o percurso de um homem exemplar, mas também uma época, uma comunidade e uma geração que enfrentou as dificuldades da vida com dignidade, acreditando que a liberdade, a justiça e a lealdade são valores que se constroem diariamente."

José Calçada reuniu e organizou memórias, testemunhos e recordações de quem conheceu "Zé Petróleo", assumindo-se, nas suas próprias palavras, como um "mero recolector das memórias de outros". O resultado é uma homenagem à força do carácter, à coerência de princípios e ao exemplo de um homem que marcou profundamente a sua terra.

Editada numa parceria entre o Instituto Açoriano de Cultura e a Casa do Povo dos Biscoitos, a publicação pretende contribuir para a valorização da história local e da identidade açoriana, lembrando que preservar a memória é também um dever coletivo. Como recorda o autor, "um povo que perde a sua memória está condenado a repetir os mesmos erros".

Colaboraram neste projeto: Dimas Simas Lopes, Eugénio Simas, Ivo Machado e Rogério Sousa. José Calçada, antigo Presidente do Sindicato dos Inspectores de Educação, é também o autor de "O Herói e Doze Coisas Mais" (2023) ●



José Calçada



Exposição

"As Crianças de Gaza: Infância Interrompida"

Na página do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), é possível visitar uma interessante exposição original produzida conjuntamente por "This Is Palestine" e "Visualizing Palestine", numa adaptação, para português, do MPPM. A exposição, que documenta a vida interrompida de uma geração, mostrando as barreiras que regem as crianças palestinas desde o momento em que nascem, está repartida por quatro espaços temáticos. Começa com as "Realidades Quotidianas sob ocupação", onde a fome é uma arma de guerra e o acesso à água é feito gota a gota. Em "Alvejar a Infância" mostra-se como o assassinato de crianças é premeditado. Jovens que estão agora a sair da adolescência, têm «Seis Guerras de Idade» e nunca conheceram outra realidade. Finalmente, registam-se as "Vozes das Próprias Crianças" — não como vítimas, mas como detentoras do seu próprio destino. Na Palestina, «crescer» não é uma progressão natural; é um acto desafiador de sobrevivência. ●

www.mppm-palestina.or



Ateliers/Cursos/Workshops

3.ª edição da formação: "A Hora da Barreta"

O Ecomuseu do Corvo informa que se encontram abertas as inscrições para a frequência da 3.ª edição da formação: "A Hora da Barreta". Para participar neste workshop em Barretas do Corvo, só necessita inscrever-se. Quem já se inscreveu no ano transato deverá inscrever-se novamente, para nos indicar qual o local da sua preferência para frequentar este curso, uma vez que o mesmo será dinamizado, em simultâneo, no Multusos e na Casa da Memória. Para mais pormenores e inscrições, basta seguir o seguinte link: <https://forms.office.com/e/unPDNHwRt9> Trata-se de uma ação prolongada no tempo, que desenvolvemos semanalmente, à quarta-feira, com a duração de apenas uma hora, onde os inscritos podem comparecer conforme a sua disponibilidade. Pretende-se, assim, transmitir a arte de produzir a típica barreta do Corvo e capacitar a comunidade para a importância da preservação deste património único. Tal como tem vindo a acontecer, pretendemos articular esta atividade com os nossos anciãos, durante a atividade "Encontros com Memória", com o intuito de com eles reavivarmos memórias de tempos antigos e aprendermos mais sobre este elemento único do património da ilha do Corvo. Para mais informações sobre a barreta típica do Corvo, poderá consultar o site do Ecomuseu do Corvo: <https://ecomuseu-corvo.cultura.azores.gov.pt/boina-de-la-do-corvo> ●

Ecomuseu do Corvo, até 31 de dezembro de 2026



Exposição

Marcos da Autonomia: da Junta Administrativa ao I Governo Regional

Em 2026, a Autonomia Político-Administrativa dos Açores celebra 50 anos, efeméride que tem vindo a ser assinalada ao longo deste ano por todo o arquipélago. Neste âmbito, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro apresenta a exposição Marcos da Autonomia: da Junta Administrativa ao I Governo Regional, que terá por objetivo abordar, através dos documentos que integram o seu acervo documental, um dos períodos fundamentais da afirmação do processo democrático português, que se traduziu na autonomia concedida aos arquipélagos Atlânticos - Madeira e Açores -, dotando-os de uma Assembleia Legislativa e Governo próprio correspondendo, assim, a um desejo antigo destas regiões. Com esta iniciativa, encerraremos o ciclo expositivo que dedicámos à apresentação e exploração temática de vários acontecimentos que marcaram a nossa história recente, como foi a Revolução de Abril e o 25 de novembro. No dia 12 de junho, data em que será inaugurada a exposição, que estará patente ao público até ao final do ano, terá lugar uma conferência proferida pelo historiador Doutor José Guilherme Reis Leite, intitulada A Autonomia dos Açores: da Junta Administrativa ao I Governo Regional, que complementará e enquadrará a temática apresentada. ●

Angra do Heroísmo – Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Até 2026-12-31.

www.bparah.azores.gov.pt/html/index.html

RECORTES DE IMPRENSA

Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática nos Açores

Arqueólogos, responsáveis museológicos, políticos e subscritores de uma petição defenderam a criação do Museu Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática nos Açores, apelando à República para concretizar “o projeto de justiça” para com a história do arquipélago. A posição foi defendida durante a apresentação do projeto, que decorreu no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, tendo os intervenientes sublinhado o consenso político alcançado na região e a importância estratégica do museu para valorizar o património subaquático português, reforçar a investigação científica e assinalar os 600 anos da descoberta dos Açores. Na sessão, o vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Luís Raposo, disse que “faz muita falta ao país” ter um Museu Nacional de Arqueologia Naval e Subaquática, apontando o exemplo de Cartagena, em Espanha, como uma referência internacional (...) Defendeu ainda que Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, reúne as condições naturais, históricas e científicas para acolher a nova instituição nacional e apelou ao Governo da República e aos organismos públicos para que aproveitem a atual oportunidade política. | *Lusa, 28/06/2026* ●



Exposição

O Traço e o Tempo: geografias visuais de uma cidade

Reunindo obras de pintura, fotografia e escultura, a exposição propõe um percurso visual pela cidade, revelando Ponta Delgada como um território feito de camadas, memórias e transformações, ao longo do tempo. Dividida em três núcleos (correspondentes a diferentes geografias da cidade, incluindo quatro freguesias e um lugar emblemático, os Banhos de Alcaçarias), a exposição constrói uma leitura onde tempos e espaços se cruzam, evidenciando a cidade como um território em permanente construção. Entre as obras em destaque, Os Emigrantes, de Domingos Rebelo, evoca uma dimensão central da identidade açoriana, em diálogo com uma das zonas mais reconhecidas e transformadas da cidade. Mais do que representar Ponta Delgada, esta exposição convida o público a habitá-la de novo, através do olhar. ●

Museu Carlos Machado - Núcleo de Santa Bárbara.

Até 2027-01-31 às 18:00



**“Temos razões para confiar. Temos força.
Temos legitimidade.**

**E, acima de tudo, temos a convicção
de que estamos do lado certo da história.”**

(Tomada de posse do novo Presidente do SPRA, Ponta Delgada, 10/07/2026)

